

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL POLICIAL E JUDICIAL EM MATÉRIA PENAL: MODELOS, RELAÇÕES E COMPARAÇÕES ENTRE A UNIÃO EUROPEIA E A SADC

INTERNATIONAL POLICE AND JUDICIAL COOPERATION IN CRIMINAL MATTERS: MODELS, RELATIONS AND COMPARISONS BETWEEN THE EUROPEAN UNION AND THE SADC

David Adriano Nota¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo compreender como é que as duas organizações regionais de direito internacional, a união Européia e a SADC, se organizam para fazer face ao crime transfronteiriço dentro dos respectivos territórios jurisdicionais, para estabelecermos alguns paralelos em termo das diferenças dos modelos de prevenção e controle a criminalidade transfronteiriça. O artigo baseou-se numa pesquisa bibliográfica e documental. O método usado para se chegar as conclusões constantes nessa pesquisa foi o método dedutivo. Constatou-se na pesquisa que há uma necessidade das organizações e instituições encarregues para a prevenção e combate a criminalidade de todos os países membro da SADC cooperarem para fazer face a onda de crime transfronteiriço decorrente da dissolução das fronteiras. Essa cooperação deve consistir na melhor organização e articulação com os demais órgãos da Administração da Justiça dos países membros. Desta forma, deve-se criar uma polícia própria e exclusiva da SADC, e os seus membros devem ser provenientes de todos os Estados membros da organização, e que esses seja uma polícia hierarquizada com um comando único e guiada pela mesma legislação para garantir a atuação única, coordenada e eficiente. Também há uma necessidade de se harmonizar e uniformizar a legislação penal entre os países membros da SADC de modo a facilitar a cooperação policial e o combate à criminalidade dentro do território e evitando objetivos diferenciados por cada polícia de diferentes Estados Membros.

Palavras - chave: Cooperação Penal; Prevenção criminal; Crime transfronteiriço.

ABSTRACT: This article aims to understand how the two regional organizations of international law, the European Union and the SADC, are organized to tackle cross-border crime within their jurisdictional territories, to establish some parallels in terms of differences of models of prevention and control cross-border crime. The article was based on a bibliographic and documentary research. The method used to reach the conclusions in this research was the deductive method. It was found in the survey that there is a need for organizations and institutions responsible for preventing and fighting crime all SADC member countries work together to tackle the wave of cross-border crime arising from the dissolution of boundaries. Such

¹ Mestrando em Direito na Universidade Federal Rio Grande do Sul, Brasil. Licenciado em Ciências Policiais pela Academia de Ciências Policiais - ACIPOL em Moçambique; Bolsista da CNPq/MCT. Pesquisador do Grupo Direito Penal Contemporâneo (PROPESQ/CNPq) / UFRGS. E-mail: davidadrianonota@gmail.com

cooperation should be the better organization and coordination with other management bodies of Justice of the member countries. Thus, you must create a separate and exclusive Police SADC, and its members must come from all member states of the organization, and that these be a hierarchical police with a single command and guided by the same legislation to ensure the performance single, coordinated and efficient. There is also a need to harmonize and standardize the criminal legislation among the SADC member countries in order to facilitate police cooperation and combating crime within the territory and avoiding different goals for each police in different Member States.

Key - words: Criminal Cooperation; Crime prevention; Cross-border crime.

Introdução

A SADC é uma organização de integração econômico, social e política dos países da região da África Austral. Ela foi criada em Agosto de 1992, quando foi decidida a transformação da SADCC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral) pelo tratado de Windhoek (Namíbia), criada em 1980 por nove dos estados membros².

A criação da SADC trouxe grandes dinâmicas nos países membros, no que concerne ao desenvolvimento socioeconômico e político da região, devido às políticas integracionistas nela criada, tais como, a remoção de barreiras em relação à concessão de vistos e a criação de “permites³” de modo a dinamizar a livre circulação de pessoas e bens, livre comércio e o equilíbrio econômico aos países membro, promovendo desta forma a atração de investimentos na região⁴.

Além das vantagens, essa integração trouxe também conseqüências negativas no que se refere a criminalidade trans-fronteiriça, devido a facilidade de circulação de pessoas, serviços, capitais e mercadorias, dando azo ao crime organizado, contrabando, mercadorias piratas, comercio ilegal, incluindo tráfico ilícito de armas, tráfico de seres humanos, trafico de drogas, atividades ilícitas provenientes de branqueamento de capitais, pirataria marítima, etc. Para

² COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA AFRICA AUSTRAL. **Plano estratégico indicativo do ORGAO DE COOPERACAO NAS AREAS DE POLITICA, DEFESA E SEGURANCA.** Revista. Maputo. 2010;

³ Documento emitido pela autoridade competente e que confere ao seu titular o direito a circulação de e para fora do território nacional, durante um período de tempo limitado. Esse documento é valido para cidadãos nacionais de países com o qual Moçambique tenha acordos de supressão de visto;

⁴ Moçambique. **INTEGRAÇÃO REGIONAL E IMPACTO DO DESARMAMENTO TARIFÁRIO NO ÂMBTIO DA: SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral E APE – Acordo de Parceria Econômica com União Europeia.** Maputo. 2008.

estancar essa onda de criminalidade transfronteiriça, os países membro cooperam no sentido de juntarem esforços no combate a esse mal⁵.

Apesar da cooperação no combate a criminalidade dentro da região, verifica-se uma fragilidade por parte das autoridades encarregues para prevenir e combater essa crescente onda de criminalidade dentro dos países membros da SADC.

O Conselho de Ministros das Polícias da África Austral reconheceu que a SADC não consegue solucionar sozinha a questão de crimes transfronteiriços e das armas ligeiras. A comunidade internacional é, portanto, convidada a providenciar assistência à região na elaboração de políticas, a qual deve constituir um quadro referencial prático e realizável para tentar resolver estas questões preocupantes⁶.

Foi nessa perspectiva que se procurou perceber os mecanismos utilizados pela União Europeia no combate a criminalidade dentro do seu território, para daí usarmos como um modelo de prevenção e combate a criminalidade transfronteiriça dentro do território da SADC.

O objetivo geral do estudo é compreender como é que a União Europeia se organiza para fazer face ao crime dentro do território da união e o que a SADC pode aproveitar de positivo nessa forma de combate de criminalidade da U.E. O objetivo específico consiste na análise das diferentes entidades envolvidas na prevenção e combate a criminalidade na União Europeia e na SADC.

Assim o artigo baseou-se numa pesquisa bibliográfica e análise documental, que consistiu no levantamento e leitura de diversas obras de carácter científico que abordam o tema em estudo, a destacar: AUGUSTO (2002)⁷; BAYLEY (1994)⁸; IRIS (2012)⁹; LOBO (2004)¹⁰. Também foram analisadas legislações, tratados sobre a SADC, SARPCCO, União Europeia (tratado de carvão e de aço; tratado da comunidade econômica europeu, tratado de energia atômica da união europeia, tratado de Aminstardão, tratado de Maastrich e tratado de Lisboa).

⁵ DW. **Crime Organizado em Angola**. Disponível em: <http://www.dw.de/crime-organizado-em-angola/a-6488588>. Acesso em: 19 de Junho de 2013.

⁶ Primeira Sessão - Plenária. Disponível em: <http://www.issafrica.org/Pubs/Other/TowardsImplement/PSes1.pdf>. acesso em: 19 de Junho de 2015.

⁷ JUNIOR, Augusto Jaeger. **Temas de Direito da Integração e Comunitário**. São Paulo: LTr, 2002;

⁸ BAYLEY, David Harold. **Polícia para o futuro**. Nova Iorque, Oxford University Press, 1994;

⁹ RUSSOWSKY, Iris Saraiva. **O mandato de detenção na União Europeia: um modelo para o Mercosul**. Porto Alegre: Verbo Jurídico 2012.

¹⁰ LOBO, Maria Teresa do Carcomo. **Manual do direito comunitário: a ordem jurídica da união europeia**. Curitiba: Juruá, 2004;

Assim, o artigo está estruturado em quatro capítulos, à saber: o primeiro capítulo fala da cooperação jurídica no âmbito da prevenção e combate do crime no território da união europeia; o segundo aborda sobre cooperação jurídica no âmbito da prevenção e combate ao crime no território da SADC, o terceiro e último é relativo as considerações finais.

1. Cooperação jurídica no âmbito da prevenção e investigação do crime no território da união europeia

A União Europeia é um bloco econômico, político e social, com o objetivo principal de estabelecer um mercado comum assente em liberdade de circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. Ela foi fundada em 1992 com o tratado de Maastricht através da fusão dos tratados da Comunidade Europeia de Carvão e de Aço, o tratado da Comunidade Econômica Europeia, a Comunidade Europeia de Energia Atômica e a União Europeia.

A criação da União Europeia trouxe grandes dinâmicas nos países membros, no que concerne ao desenvolvimento socioeconômico e político da região, devido as políticas integracionistas nela criada, tais como, a abertura das fronteiras no sentido de dinamizar a livre circulação de pessoas e bens, livre comércio e o equilíbrio econômico aos países membro.

Essa integração comunitária além de criar desenvolvimento dos países membros, também trouxe prejuízo com a dissolução das fronteiras, no que se refere aos delitos criminais trans-fronteiriços, espalhando-se facilmente em todos os países integrantes.

A afirmação acima referida é sustentada pelo Pedro Barbosa Pereira Neto (2005) ao salientar que a consequência imediata decorrente de abertura das fronteiras nacionais é o crime trans-fronteiriço que envolve todos os Estados integrantes. Nesse caso verifica-se a impunidade dos autores do crime, com a ausência de mecanismos legais para a persecução penal do crime trans-fronteiriço e também a impunidade fática, que se funda na exigência de obstáculos a persecução penal trans-fronteiriço. Sendo assim, torna-se necessário a criação de instituições para o controle e punição dos criminosos transnacionais¹¹.

¹¹ PERREIRA NETO, Pedro Barbosa. **Cooperação penal internacional nos delitos econômicos**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v.13, n. 45, p. 153-168, maio/junho de 2005.

Desta forma, verifica-se a impunidade dos criminosos que cometem crime num determinado país ou procurados pela justiça para responder a um processos-crime por cometer um determinado crime, pois, esses se refugiam em outros países. É nesse momento que surge a necessidade dos países assinarem acordos de cooperação penal.

A idéia de Pedro Barbosa Pereira Neto é comungada com Euclides Damasco Simões ao salientar que a liberdade alcançada na Comunidade Européia em consequência da dissolução das fronteiras acaba-se tornando num campo fértil para o desenvolvimento de atividades criminais¹². Em razão disso deve haver necessariamente a abertura dos países membro a cooperação judicial em matéria penal¹³. Vigna enfatiza dizendo que devem ser criadas e implementadas normas processuais para a investigação e julgamento dos delitos transnacionais, pois com a integração os grupos criminosos circulam facilmente em todo o território¹⁴.

Contudo, a União Europeia procurou mecanismos de como combater ou mesmo prevenir a criminalidade transfronteiriço decorrente da dissolução das fronteiras, para evitar a impunidade dos infratores, criando leis e legislações internas que facilitem a cooperação no combate ao crime dentro da união, e os países membro devem facilitar a aplicação das leis para que a cooperação penal seja efetiva.

Desta forma, a União Europeia, como forma de combater o crime dentro do seu espaço geográfico, aprovou o Tratado da União Europeia, onde no seu artigo 2º estabelece de entre os objetivos que a União Européia deve perseguir “manter e desenvolver a União como um espaço de liberdade, segurança e justiça em que seja garantida a livre circulação de pessoas, bem como medidas adequadas a respeito do controle de fronteiras externas, asilo, imigração e prevenção e luta contra a delinquência”. Nesse espaço de liberdade, segurança e justiça convergem a cooperação policial e judiciária em matéria penal.

Em maio de 2000, foi criada a convenção relativa ao auxílio jurídico mútuo que visa melhorar os procedimentos entre Estados membros, tendo entrado em vigor em Agosto de 2005.

¹² SIMOES, Euclides Dâmaso. **Cooperação jurídica em material penal no seio da União Européia**. Revista do Ministério Público, São Paulo, ano 22, n. 86, p. 99-106, abril/junho de 2001.

¹³ SIMOES, Euclides Dâmaso. **Cooperação jurídica em material penal no seio da União Européia**. Revista do Ministério Público, São Paulo, ano 22, n. 86, p. 99-106, abril/junho de 2001.

¹⁴ VIGNA, Piero L. **La cooperación judicial frente AL crimen organizado**. In YACOBUCCI, Guillermo Jorge (coord). El crimen organizado: desafíos y perspectivas em el marco de La globalización. Buenos Aires: Ábaco de Rodolfo Depalma, 2005. P. 223-236.

Essa convenção buscava aprimorar a cooperação em matéria judicial, policial e alfandegária na esfera penal no bloco Europeu, completando e facilitando a aplicação da convenção de 1959.

De acordo com Bayley, as formas de crime organizado e transnacional só podem ser resolvidas, através de agências de aplicação da lei proativas e bem coordenadas, utilizando todas as informações disponíveis dentro de um país, bem como as formas internacionais de Cooperação Jurídica¹⁵.

Daí surge algumas entidades como a Europol, a Eurojust e a Rede Jurídica Européia com o principal objetivo de investigar, processar e julgar os crimes praticados no território da união européia de modo a garantir a ordem, segurança e tranquilidade de pessoas e bens dos estados membro.

1.1. Entidades envolvidas no combate ao crime no âmbito da cooperação penal na união européia

A garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas dos cidadãos na União Européia implicam um reforço do diálogo e da ação entre as autoridades judiciárias dos Estados-Membros.

Contudo, o combate ao mundo do crime passa pela intervenção policial (prevenir, combater e investigar os crimes, perseguir e deter os suspeitos) e pela vertente judiciária (voltado para o julgamento desses suspeitos e responsabilizá-los pelos seus atos)¹⁶. E para o caso do território da União Européia foram criadas instituições como a Europol, a Eurojust e a Rede Jurídica Européia para facilitar a entre ajuda e a cooperação entre as autoridades judiciárias¹⁷.

A Europol foi criada a partir da política de liberdade, segurança e justiça do terceiro pilar do tratado de Maastrich, instituída em 1995 pela Convenção Européia¹⁸. Ela funciona como uma unidade policial de recolhimento, tratamento e intercâmbio de informação criminal, a escala da

¹⁵ BAYLEY, David Harold. **Polícia para o futuro**. Nova Iorque, Oxford University Press, 1994.

¹⁶ LAUREANO, Abel. **Dois institutos da “cooperação judiciária em matéria Penal” na união europeia: reconhecimento mútuo de Decisões penais e harmonização de legislações penais**. 2010. Disponível em: Revista Direitos Fundamentais e democracia ISSN 1982-0496, Vol. 7, n. 7, (jan./jun. 2010), p. 283-308. Unibrasil.

¹⁷ Decisão do Conselho 2002/187/JAI de 28 de Fevereiro de 2002 relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade. Disponível em: http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/judicial_cooperation_in_criminal_matters/133188_pt.htm. Acesso em: 13 de Outubro de 2014.

¹⁸ RUSSOWSKY, Iris Saraiva. **O mandato de detenção na União Européia: um modelo para o Mercosul**. Porto Alegre: Verbo Jurídico 2012.

União Europeia, no âmbito da manutenção da ordem, segurança e tranquilidades públicas. Tem por missão contribuir significativamente para a aplicação das leis da União Europeia (UE) no âmbito do combate à criminalidade organizada, nomeadamente nos domínios do tráfico de estupefacientes, redes de imigração clandestina, tráfico de veículos roubados, tráfico de seres humanos e pornografia infantil, falsificação de moeda, tráfico de material nuclear e radioativo, terrorismo e branqueamento de capitais e também melhorar a eficácia e a cooperação entre os Estados Membros no domínio da prevenção e do combate a formas graves de criminalidade organizada de dimensão internacional¹⁹.

A Europol é constituída por rede, agrupando os institutos nacionais de formação de altos funcionários dos serviços de policia dos estados membros. Funciona como facilitador de intercâmbio de informação entre os estados membros da União Europeia, através de recolhimento e análise da informação oriunda das polícias dos estados membros, comunicação aos serviços dos Estados membros das ligações detectadas entre os fatos constituintes dos crimes em apreço²⁰.

No exercício das suas funções, a Europol depende das informações facultadas pelas Unidades Nacionais que facilita o intercâmbio de informações e servem como elo de ligação exclusivo entre a Europol e os Serviços Nacionais Competentes Designados dos Estados Membros.

O seu pessoal é proveniente dos vários tipos de autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da lei, como é o caso da polícia de proteção, da polícia de guarda fronteira, dos serviços aduaneiros, de imigração e de segurança dos Estados Membros.

Para a execução das suas funções, a Europol dispõe de um sistema informatizado de informações, que é diretamente alimentado pelos Estados Membros. Poderão consultar o sistema: as unidades nacionais, os agentes de ligação, os diretores e diretores-adjuntos, bem como os agentes da Europol devidamente habilitados. A atividade da Europol é supervisionada por uma autoridade de controlo comum independente, a qual assegura que existe uma correta armazenagem, tratamento e utilização desses dados.

Quanto ao Eurojust, essa instituição funciona como um órgão judiciário de cooperação penal, composto por procuradores, juizes e agentes da policia com competências equivalentes,

¹⁹ Ibidem

²⁰ Ibidem

destacadas por cada Estado membro de acordo com o respectivo sistema jurídico²¹. Ela foi criada em 2000, pelo tratado de Nice, como uma unidade provisória de cooperação jurídica pelo conselho europeu, sendo um órgão da União Europeia dotada de personalidade jurídica de direito internacional, com competências mais alargadas, Lopes da Mota 2003 apud Russowsky²². O Eurojust tem como principal objetivo o melhoramento de auxílio jurídico mútuo entre os Estados da Comunidade Europeia, as suas funções em conjunto com a rede jurídica europeia²³.

Ela funciona como um órgão de intercâmbio de informação criminal contribuindo para o cumprimento das leis da União Europeia no âmbito do combate a criminalidade. Competem a Eurojust todas as matérias concernentes a tipos de criminalidade, a manutenção da segurança e combate a criminalidade e as infrações em que a Europol pode atuar²⁴. A Eurojust desenvolve um papel diferenciado como organismo permanente no ambiente Europeu, intensificando o desenvolvimento da cooperação em caso da justiça penal dentro do território da união Europeia²⁵.

Desde sua instituição a Eurojust goza de personalidade jurídica própria. O marco legal de criação da Eurojust, ainda em vigor, prevê no art. 3º, n. 1 dos objetivos da Eurojust:

- ✓ Incentivo e melhoria da coordenação, entre as autoridades competentes dos Estados-Membros, das investigações e procedimentos penais nos Estados-Membros, tendo em conta todo e qualquer pedido proveniente de uma autoridade competente de um Estado-Membro e todas as informações fornecidas pelos órgãos competentes nos termos das disposições aprovadas no âmbito dos Tratados;
- ✓ Melhoria da cooperação entre as autoridades competentes dos Estados-Membros, facilitando, em particular, a prestação de auxílio judiciário mútuo em matéria penal no plano internacional e a execução dos pedidos de extradição;

²¹ RODRIGUES, Anabela Miranda. **O direito penal europeu emergente**. Coimbra: Coimbra 2008.

²² RUSSOWSKY, Iris Saraiva. **O mandato de detenção na União Europeia: um modelo para o Mercosul**. Porto Alegre: Verbo Jurídico 2012.

²³ LOBO, Maria Teresa do Carcomo. **Manual do direito comunitário: a ordem jurídica da união europeia**. Curitiba: Juruá, 2004.

²⁴ DAVIN, João. **A Criminalidade organizada transnacional: a cooperação judiciária e policial na união europeia**. Coimbra: Almedina, 2007.

²⁵ RUSSOWSKY, Iris Saraiva. **O mandato de detenção na União Europeia: um modelo para o Mercosul**. Porto Alegre: Verbo Jurídico 2012.

✓ Outras formas de apoio às autoridades competentes dos Estados-Membros para reforçar a eficácia das suas investigações e procedimentos penais. O Tratado de Lisboa atribuiu à Eurojust diversas competências novas.

De salientar que, o art. 85, nº 1 do TFUE (Tratado sobre o Funcionamento da União Européia) estabelece uma serie de competências sobre as quais a Eurojust pode atuar. Pois o referido artigo estabelece que para além de coordenar, a Eurojust tem a competência de propor ações de prevenção, combate e investigações criminais junto às autoridades nacionais competentes. De acordo com o art. 85, nº 1, alínea c. do TFUE, a Eurojust pode também solucionar conflitos de jurisdição, conflitos Cíveis e ate da área tributária. As funções da Eurojust podem ainda incluir outras medidas a serem estendidas por meio do processo legislativo ordinário do parlamento da União Européia.

A Eurojust ganha com o TFUE um papel mais ativo, chegando a propor às autoridades nacionais instauração de investigação e processo e a solucionar conflitos de jurisdição. Importante frisar que os atos do procedimento judicial são executados por agente nacionais.

Cada Estado-Membro deve nomear um membro nacional para a sede da Eurojust: um procurador, juiz ou oficial de polícia (este último deve ter competências equivalentes às de juiz ou de procurador). A competência da Eurojust cobre designadamente os tipos de criminalidade e as infrações relativamente aos quais a Europol tem sempre competência.

A outra entidade envolvidas no combate ao crime no âmbito da cooperação penal na união européia é a Rede Jurídica Europeia. Essa rede, foi criada pela ação comum de 1996, instituída em 1997, destina-se a facilitar o auxílio jurídico mútuo no quadro da luta contra a criminalidade transnacional. O seu âmbito de atuação é mais vasto, não se encontra meramente restrito a criminalidade organizada transnacional, ele abrange todo o tipo de criminalidade (MARTINS 2004 apud RUSSOWSKY 2012)²⁶.

Assim, a rede jurídica européia, veio para agilizar e acelerar a cooperação jurídica, sendo formada e constituída pelas autoridades centrais responsáveis pela cooperação jurídica

²⁶ RUSSOWSKY, Iris Saraiva. **O mandato de detenção na União Européia: um modelo para o Mercosul.** Porto Alegre: Verbo Jurídico 2012.

internacional, pelas autoridades judiciárias e outras autoridades competentes, com responsabilidades específicas no tocante a determinados crimes²⁷.

Para Davin, a rede tem como principal objetivo a facilitação da cooperação judicial em matéria penal entre os Estados membros da união europeia. Para alcançar esse objetivo foram implementados os chamados pontos de encontro que devem ser acionados sempre que se julguem relevantes e pertinentes para ultrapassar algumas dificuldades relacionadas com emissão ou cumprimentos de cartas rogatórios²⁸.

Os pontos de encontro são designados pelas autoridades centrais responsáveis pela cooperação jurídica, pelo poder jurídico, pelo ministério público e por outras autoridades na cooperação jurídica internacional. Os pontos de encontro além de coordenar a atuação nacional em temas relacionados à cooperação jurídica internacional, também devem intermediar o processo de cooperação. Sua atuação não tem caráter burocrático, mas sim a troca de informação e pela realização de contato informal.

O artigo 2º, item 1 da ação comum, define pontos de contato como autoridades centrais nacionais responsáveis pela cooperação jurídica internacional, principalmente no tocante a determinadas formas graves de criminalidade como a corrupção, terrorismo e criminalidade transnacional²⁹

Maria Tereza de Carmona Lobo concluiu que esta cooperação exige a adoção de medidas estruturais ao nível da União Europeia para que se possam estabelecer contatos diretos entre as autoridades judiciárias europeias.

A cooperação judiciária em matéria penal assenta no princípio de reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciárias dos Estados-Membros. Implica a aproximação das legislações nacionais relacionadas e a aplicação de regras mínimas comuns. As regras mínimas estão principalmente relacionadas com a admissibilidade da prova e os direitos das vítimas de crime, assim como dos indivíduos nos processos penais. Introduzida pelo Tratado de Maastricht em 1993, a cooperação judicial

²⁷ LOBO, Maria Teresa do Carcomo. **Manual do direito comunitário: a ordem jurídica da união europeia**. Curitiba: Juruá, 2004.

²⁸ DAVIN, João. **A Criminalidade organizada transnacional: a cooperação judiciária e policial na união europeia**. Coimbra: Almedina, 2007.

²⁹ LOBO, Maria Teresa do Carcomo. **Manual do direito comunitário: a ordem jurídica da união europeia**. Curitiba: Juruá, 2004.

em matéria penal é regida pelo Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (Título V)³⁰.

Desta forma, os Estados membros devem adequar as suas normas, leis e legislações quanto a matéria penal no sentido de facilitar o intercâmbio e a circulação de informação a esses três órgãos criados (Europol, Eurojust e a Rede Judiciária Europeia) para que a cooperação penal seja efetiva e se consiga combater a criminalidade na região, garantindo deste modo a integração sem ameaça da criminalidade.

Pode-se dizer que, a cooperação policial e judiciária em matéria penal é a chave principal e fundamental para o sucesso do espaço de liberdade, segurança e justiça, espaço esse que, garante a livre circulação de pessoas e bens dentro do território da União Europeia.

2. Reconhecimento mútuo de decisões penais e harmonização de legislações penais na União Europeia

O sistema tradicional de cooperação oferece poucas seguranças e garantias ao juiz ou um agente do Ministério Público quanto à resposta de pedido de uma informação ou cooperação sobre um determinado ilícito cometido no seu estado membro e que o infrator se refugiou para outro estado dentro da união europeia. Assim, surge o reconhecimento mútuo como uma solução para estancar essas dificuldades, onde uma decisão de um juiz no exercício das suas funções e *ius imperii* em um estado membro, desde que tenha implicações extra-nacionais. Dai seria imediatamente em todos os outros Estados membros e produziria os mesmos efeitos, ou efeitos idênticos³¹.

A idéia de aplicação do princípio de reconhecimento mútuo em matéria penal iniciou com o Conselho Europeu, reunido em tempere no ano de 1999, no qual se concluiu que o mesmo além de ser aplicado no âmbito civil e comercial, deveria ser aplicado também no âmbito penal, pois,

³⁰ Decisão do Conselho 2002/187/JAI de 28 de Fevereiro de 2002 relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade. Disponível em: http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/judicial_cooperation_in_criminal_matters/133188_pt.htm. Acesso em: 13 de Outubro de 2014.

³¹ Comissão Europeia. **Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: reconhecimento mútuo de decisões finais em material final (Bruxelas, 52000DC0495)**. EUR-Lex: acesso ao direito da União Europeia, [Lisboa], 2000. Disponível em: http://eurlex.europa.eu/smartap/cgi/sga_doc?smartap!DocNumber&lg=pt&type_doc=COMfinal&an_doc=2000&nu_doc=495. Acesso em: 15 de Outubro de 2014.

essa aplicação, facilitaria a cooperação entre as autoridades e melhoraria também a proteção jurídica dos direitos e garantias individuais³².

O reconhecimento mútuo assenta na confiança entre os países, concretamente para harmonizarem o quadro dos processos penais e das garantias processuais, como método de uma vontade política de eliminar as barreiras penais, [...]³³.

Do reconhecimento mútuo de decisões judiciais se tem dito constituir a “quinta liberdade comunitária”, atenta a circunstância de permitir uma livre circulação das decisões judiciais no espaço da União Europeia³⁴.

Contudo, sustenta Iris, as normas nacionais entre os estados da união europeia através das decisões judiciais, havendo um princípio de confiança mútuo nos sistemas dos Estados Membros, desta forma o mandato de detenção na união europeia, e o pedido de extradição de um criminoso que se refugiou para um dos estados membros da união enquadra-se nesta perspectiva³⁵. A partir desse princípio e sua aplicação na esfera penal, cabe ao juiz assegurar o funcionamento da justiça penal através da aplicação do princípio nas decisões.

A cooperação levada a cabo implica igualmente a aproximação das disposições de direito penal dos Estados-Membros, bem como a criação de mecanismos de reconhecimento mútuo das sentenças e decisões judiciais em matéria penal. As medidas tomadas com vista a atingir esse fim, são adotadas pelo Conselho pelo voto da maioria qualificada e pelo Parlamento Europeu, em conformidade com o processo legislativo ordinário. A legislação pode ser proposta pela Comissão ou iniciada por um quarto dos Estados-Membros.

O reconhecimento, visto como figura geral constitui uma modalidade de integração jurídica [...]. Numa das suas vertentes (o reconhecimento de *legislações*) implica a relevância, num Estado, dos efeitos da legislação de outro Estado. Fala-se de “reconhecimento” porque, através desta

³² Síntese de legislação da União Europeia, Lisboa, 6 de Junho de 2007 apud Iris. **O mandato de detenção na união europeia: um modelo para o Mercosul**. Porto Alegre: Verbo jurídico, 2012

³³ Valente 2006 apud Iris. **O mandato de detenção na união europeia: um modelo para o Mercosul**. Porto Alegre: Verbo jurídico, 2012.

³⁴ MURSCHETZ, Verena: “The Future of Criminal Law within the European Union: Union Law or Community Law Competence?” *Victoria University of Wellington Law Review*, 2007, Vol. 38, Issue 1, pp. 145-156, p. 149. Disponível em: <[http://www.victoria.ac.nz/law/documentation/VUWLR%20PDFS/38\(1\)_2007/10%20Murschetz.pdf](http://www.victoria.ac.nz/law/documentation/VUWLR%20PDFS/38(1)_2007/10%20Murschetz.pdf)>. Acesso em: 13 de Outubro de 2014.

³⁵ Síntese de legislação da União Europeia, Lisboa, 6 de Junho de 2007 apud Iris. **O mandato de detenção na união europeia: um modelo para o Mercosul**. Porto Alegre: Verbo jurídico, 2012

³⁵ Valente 2006 apud Iris. **O mandato de detenção na união europeia: um modelo para o Mercosul**. Porto Alegre: Verbo jurídico, 2012.

técnica, um Estado aceita (“reconhece”), como vinculantes para si próprios, o valor de disposições legislativas de outro Estado. No reconhecimento de legislações, não se cria Direito Nacional novo (contrariamente ao que sucede na harmonização); o que acontece é que o Estado passa a atribuir força de lei interna a leis de outros Estados [...].

Por força do reconhecimento mútuo de decisões judiciais, uma decisão judicial tomada num Estado-Membro terá, por si só, força jurídica típica plena nos outros Estados-Membros.³⁶

Desta forma, o combate ao crime dentro do território da União Europeia acaba sendo mais dinâmico, dado que há facilitação de comunicação entre os estados, um criminoso que comete um crime num determinado Estado e se refugiou no outro estado membro será entregue ao estado solicitante sem precisamente ter um acordo de extradição entre os estados envolvidos, ou por outra, o juiz de um estado pode emitir um mandato de detenção para a captura de um criminoso refugiado no outro Estado. Com a cooperação e o reconhecimento mútuo das decisões entre os Estados membros há uma automatização e flexibilidade da entrega e detenção, dando mais celeridade aos processos penais, onde o criminoso ou o procurado por uma infração deixa de estar sujeito ao duplo controle policial e judicial.

2.1. Espaço de liberdade, de segurança e de justiça e a cooperação reforçada

A fim de permitir uma verdadeira liberdade de circulação das pessoas no território da União Europeia e um nível mais elevado de segurança através de ações mais eficazes contra a criminalidade, o racismo e a xenofobia, foi decidido criar um espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

A evolução das formas de cooperação penal na União Europeia deu origem a diversos instrumentos que visavam modernizar os procedimentos em matéria extrajudicial. Contudo, foi com o tratado de Amsterdã que a cooperação policial e judiciária em matéria penal ganhou uma nova perspectiva, com a realização de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça³⁷.

³⁶ VIDAL FERNÁNDEZ, Begoña: **De la “asistencia” judicial penal en Europa a un “espacio común de justicia europeo”**, in ARANGÜENA FANEGO, Coral (coord.): **Cooperación judicial penal en la Unión Europea: la orden europea de detención y entrega**, Valladolid, Lex Nova, 2005, pp. 19-73, p. 52.

³⁷ RUSSOWSKY, Iris Saraiva. **O mandato de detenção na União Europeia: um modelo para o Mercosul**. Porto Alegre: Verbo Jurídico 2012.

Nesse âmbito do espaço de liberdade, de segurança e de justiça, o objetivo da cooperação policial e judiciária em matéria penal é o de garantir um elevado nível de segurança para os cidadãos da UE através da prevenção e do combate à criminalidade, ao racismo e à xenofobia. Estes aspectos são abordados no Título V do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (Capítulos I, IV e V).

O Título VI do Tratado da União Europeia contém disposições que determinavam a cooperação na justiça e nos assuntos internos. Contudo, o Tratado de Amsterdão limitou o número de matérias regidas pelo Título VI, transferindo várias delas para o Tratado que instituiu a Comunidade Europeia (primeiro pilar), especificamente para o Título IV: (Vistos, asilo, imigração e outras políticas relativas à livre circulação de pessoas). O Título VI do Tratado da UE (terceiro pilar) manteve as disposições relativas à cooperação policial e judiciária em matéria penal. Assim, em conjunto, estes títulos constituíram a base jurídica para um espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Tendo eliminado o terceiro pilar, o Tratado de Lisboa reagrupa estas disposições no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, no Título V: (Espaço de liberdade, de segurança e de justiça)³⁸.

A «Área de liberdade, de segurança e de justiça» é abrangida pelo Título V do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Trata das políticas sobre controlo nas fronteiras, asilo e imigração, da cooperação judiciária em matéria civil e penal e também da cooperação policial. As decisões nestes domínios são tomadas, na maior parte, com recurso à votação por maioria qualificada. O Parlamento Europeu possui poderes de decisão em conjunto com o Conselho nos domínios políticos majoritários (processo legislativo ordinário)³⁹.

Contudo, a área de liberdade, de segurança e de justiça permitiu a facilitação da criação do mandato de detenção na união europeia, dado que, não existem fronteiras para a Europol assim como a Eurojust, desta forma, o poder judiciário de um estado membro da união europeia pode emitir para o outro Estado-Membro um mandato de detenção com vista à captura e entrega duma

³⁸ Europa. Synthese de la legislation. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/police_judicial_cooperation_pt.htm>. Asso em: 14 de outubro de 2014.

³⁹Europa. Synthese de la legislation. Disponível em: <http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/police_judicial_cooperation_pt.htm>. Asso em: 14 de outubro de 2014.

pessoa procurada para efeitos de procedimento penal, ou de cumprimento de uma pena ou medida de segurança privativas de liberdade⁴⁰.

Trata-se de um instrumento destinado a reforçar a cooperação entre as autoridades judiciárias dos Estados-Membros suprimindo o recurso à extradição como anteriormente referimos. Tem por fundamento o princípio do reconhecimento mútuo das decisões em matéria penal. O mandado de detenção europeu tem por base uma decisão-quadro adotada pelo Conselho em 13 de Junho de 2002. Este instrumento é aplicado desde 1 de Janeiro de 2004⁴¹.

Por exemplo, é possível a detenção de um cidadão Holandês no território Frances que cometeu o crime de tráfico de drogas na Inglaterra e ser entregue para este país para que haja sua investigação e seu julgamento, resultando isso em um sentimento de segurança entre e extra nacional⁴².

No que respeita a situações trans-fronteiriças, podem ser propostas regras mínimas para facilitar o reconhecimento mútuo de sentenças e decisões judiciais, bem como a definição de infrações e sanções em formas particularmente graves de criminalidade. Através de um mecanismo de processo de emergência, os Estados-Membros podem bloquear a adoção destas regras, caso em que se torna necessário o consenso do Conselho Europeu. Caso o consenso não seja alcançado, os Estados-Membros podem implementar a proposta através de uma cooperação reforçada⁴³.

A cooperação reforçada ajuda na rigorosidade da cooperação no âmbito penal entre os países membros da União europeia na manutenção da segurança e tranquilidade de pessoas e bens dentro da união e no respeito pelo enquadramento legal da união.

A cooperação reforçada foi introduzida pelo Tratado de Amesterdão no Tratado da União Europeia (TUE) no que se refere à cooperação judiciária em matéria penal e no Tratado que institui a Comunidade Europeia (TCE). Para fortalecer a cooperação reforçada, tornando-a mais concreta e objetiva, o Tratado de Lisboa inseriu modificações adicionais relacionadas com os procedimentos de iniciação de cooperação reforçada, bem como com a tomada de decisões no âmbito do quadro de tal cooperação.

⁴⁰ RUSSOWSKY, Iris Saraiva. **O mandato de detencao na Uniao Europeia: um modelo para o Mercosul**. Porto Alegre: Verbo Jurídico 2012.

⁴¹ Idem

⁴² Valente 2006 apud Iris. **O mandato de detenção na união europeia: um modelo para o Mercosul**. Porto Alegre: Verbo jurídico, 2012.

⁴³ Idem

Contudo, a cooperação reforçada deve envolver no mínimo nove estados, contudo, qualquer estado que pretende participar, esta cooperação está aberta para recebê-los, não podendo existir discriminação entre os participantes e os outros estados. Qualquer legislação adotada no quadro de tal cooperação é vinculativa apenas nos Estados-Membros participantes e não faz parte do acervo comunitário. A cooperação reforçada deve contribuir para a realização dos objetivos, proteção dos interesses e reforçar o processo de integração da União.

A cooperação reforçada não pode interferir assuntos de domínio e competência da união e nem permite expandir as competências previstas nos tratados sobre a cooperação penal. A cooperação reforçada só pode ser recorrida em ultimo recurso, quando as alternativas de cooperação penal não sejam capazes de atingir os objetivos desejados num prazo razoável por toda a união europeia.

3. Cooperação jurídica no âmbito da prevenção e combate ao crime no território da SADC

Como já foi referido anteriormente, a SADC é uma organização de integração regional assente em três principais objetivos: cooperação política, econômico e social entre os países membros da região da África Austral. Ela foi criada em Agosto de 1992, quando foi decidida a transformação da SADCC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral), criada em 1980 por nove dos estados membros.⁴⁴

A SADC atualmente é composta por 15 países, nomeadamente: África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Madagascar, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, e Zimbábue. Sua sede está localizada em Gaborone, Botsuana.

Um dos principais objetivos da SADC é de alcançar o desenvolvimento econômico, desenvolver políticas comuns, sociais e culturais entre os países membros de modo a acabar com a pobreza dentro da região e ainda garantir a paz, a ordem, segurança e a tranquilidade na região através da cooperação de todos os países membros⁴⁵.

⁴⁴ COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA AFRICA AUSTRAL. Plano estratégico indicativo do ORGAO DE COOPERACAO NAS AREAS DE POLITICA, DEFESA E SEGURANCA. Edição Revista. Maputo. 2010

⁴⁵ Idem

No que concerne à área de segurança, concretamente à prevenção e combate ao crime dentro do território da SADC, que é o foco principal do nosso estudo, vários protocolos foram assinados, como é o caso do Protocolo sobre o Combate ao Tráfico Ilícito de Drogas, o Protocolo sobre o Controle de Armas de Fogo, Munições e outros Materiais Conexos, o Protocolo sobre Cooperação em Assuntos de Defesa Política e Segurança, o Protocolo sobre Assuntos Jurídicos, o Protocolo sobre Extradicação, o Protocolo sobre Auxílio Judiciário Mútuo e Matéria Penal e, por fim, o Protocolo de Livre Circulação de Pessoas e Bens.

Dado que grande parte dos países do continente africano está em constantes conflitos armados, como a Nigéria, Somália, Republica Democrática do Congo, etc, e a emergência dos grupos terroristas no continente, os crimes transfronteiriços como o tráfico de armas de fogo e o trafico de pessoas, o fluxo de imigrantes ilegais provenientes da região dos grandes lagos, a criação de zonas de livre comercio em 2008 dando azo ao contrabando e fuga ao fisco, foi decidida a criação do órgão de cooperação política, de defesa e segurança, em 28 de junho de 1996, em Gaborone. Posteriormente, em 2001, foi aprovado o protocolo sobre a cooperação nas áreas de política, defesa e segurança, instrumento esse que permite a cooperação política, policial e judiciária em matéria penal na SADC⁴⁶.

Essa cooperação é garantida e coordenada por um Comitê Ministerial do Órgão, composto pelos Ministros responsáveis de cada área: a) Negócios Estrangeiros; b) Defesa; c) Segurança Pública; ou d) Segurança do Estado, de cada Estado Membro, que será responsável pela coordenação do trabalho do Órgão e das suas estruturas⁴⁷.

3.1. Entidades envolvidas na Cooperação Policial e Judicial em matéria penal na SADC e o Policiamento reforçado

A garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas em todo território da SADC implicam um reforço do diálogo e da ação entre as autoridades encarregues da aplicação da lei de todos os Estados membros. Contudo, a SADC criou órgãos específicos para facilitar a entre ajuda e a cooperação entre as autoridades judiciárias.

⁴⁶ Idem

⁴⁷ [consadac-moz. SADC: Resumo_08-07-2014.](http://consadac-moz.sadc.org/Resumo_08-07-2014) Disponível em: <http://consadcmocambique.blogspot.com.br/p/letra-do-hino-da-sadc.html>. acesso em: 10 de Março de 2015.

Desta forma, o combate ao mundo do crime passa pela intervenção policial (prevenir, combater e investigar os crimes, perseguir e deter os suspeitos) e pela vertente judiciária (voltado para o julgamento desses suspeitos e responsabilizá-los pelos seus atos).

A definição de políticas de combate à criminalidade na SADC exige, cada vez mais, abordagens integradas e práticas orientadas para a dimensão global que o fenómeno representa.

No caso do SADC foram criadas instituições como a SARPCCO (Organização de Cooperação dos Chefes de Polícia da África Austral); o Setor de Segurança Pública e o Tribunal da SADC de modo a facilitar a cooperação na prevenção e combate aos crimes transfronteiriço dentro da região.

A SARPCCO foi fundada a 5 de agosto de 1995, por onze países membros da SADC - designadamente Angola, África do Sul, Botswana, Ilhas Maurícias, Lesoto, Malawi, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe⁴⁸. Ela funciona como uma organização composta pelos chefes de polícia dos Estados membros da SADC com o objetivo de traçar idéias, trocar informações, estratégias operacionais policiais e criar políticas públicas de prevenção e controle da criminalidade transfronteiriço na região, estabelecer um elo entre as instituições de policiamento e fortalecer a cooperação inter-policial visando a obtenção de uma perspectiva mais ampla do espectro e dimensão das atividades criminosas para um melhor combate ⁴⁹.

A SARPCCO também tem como objetivo fortalecer e estabelecer mecanismos de coordenação regional entre as diversas áreas da polícia, como os serviços da Alfândega, de Migração, Guarda Fronteira, a Polícia de Proteção e de Investigação Criminal; Adotar medidas de combate ao tráfico de seres humanos; Fazer o intercâmbio contínuo de inteligência sobre o crime organizado transfronteiriço e transnacional, com o apoio da INTERPOL (Polícia Internacional)⁵⁰.

As leis, decretos e ordens emanados pela SARPCCO são aplicados nos órgãos policiais de cada Estado membro e, os chefes da polícia dos Estados são responsáveis pelo cumprimento e controle dessas diretivas.

⁴⁸ AFRICA21ONLINE. **Angola na reunião preparatória do Conselho de Ministros do Interior da SADC.**2015.disponível em: <<http://www.africa21online.com/artigo.php?a=13466&e=Pol%C3%ADtica>>. Acesso em: 19 de Junho de 2015.

⁴⁹ ANGONOTICIAS. **SARPCCO vai continuar a combater crimes transnacionais. 2007. Disponível em:** <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/13862/sarpcco-vai-continuar-a-combater-crimes-transnacionais>. acesso em: 18 de Junho de 2015.

⁵⁰ Idem

Temos de referir que, a SARPCCO mantém laços de cooperação com a Organização Internacional das Polícias Criminais (Interpol). Desta forma, a Interpol estabeleceu a nível dos países membros da SARPCC uma estratégia regional de apoio às medidas nacionais de combate a criminalidade para o reforço da luta contra o terrorismo e o crime organizado em todas as suas manifestações. Nesta aspecto, foi implementado um novo sistema mundial de comunicação em mais de 30 países africanos, o que permitiu o aumento de um considerável fluxo de informação policial entre os Estados do continente⁵¹.

O referido sistema tornou mais operacionais os gabinetes nacionais da Interpol e conferiu um acesso rápido às bases de dados criminais de interesse da comunidade policial internacional. Este sistema global de informação encontra-se já a funcionar no Gabinete Nacional da Interpol, em Luanda⁵².

Os órgãos da Polícia têm a responsabilidade de dismantelar diversos tipos de atividades características do crime transnacional organizado tais como tráfico de seres humanos e de drogas, posse ilegal de armas de fogo, migração ilegal e roubo de gado, entre outros. Os crimes supramencionados constituem somente uma pequena parte do problema, pois existem muitas outras formas de crime que constituem uma ameaça à proteção e segurança pública⁵³.

O que se verifica dentro da SADC é que cada estado age isoladamente no combate a criminalidade dentro do seu país, mesmo estando a aplicar as leis e instruções emanadas pela SARPCCO, dado que não existe uma policia própria da SADC, que os seus membros seriam provenientes de todos os Estados membros da organização, contribuindo para uma atuação única, coordenada.

Os Chefes de Polícia da África Austral, estão a proporcionar condições de implementação da inteligência fronteiriça, que se consistirá num sistema de organização da atividade de inteligência humana e técnica, suficientemente capacitada para o combate comum às violações e ações criminosas nas fronteiras nacionais dos países membros da SARPCCO. Essa informação,

⁵¹ ANGOP. **SARPCCO aplica sistema de inteligência fronteiriça para combate à criminalidade**. Disponível em: <http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2005/7/31/sarpcco-aplica-sistema-inteligencia-fronteiriça-para-combate-criminalidade,1efe9a78-2edd-4c78-ac40-aac62f64838a.html>. Acesso em: 19 de junho de 2015.

⁵² Idem

⁵³ COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA AFRICA AUSTRAL. Plano estratégico indicativo do ORGAO DE COOPERACAO NAS AREAS DE POLITICA, DEFESA E SEGURANCA. Edição Revista. Maputo. 2010

foi adiantada pelo presidente em exercício da SARPCCO, comissário-geral José Alfredo Ekuikui, no final da décima reunião anual da instituição, decorrida em Luanda a 03 de Agosto de 2015⁵⁴.

Quanto ao Sector de Segurança Pública, esse tem como objetivo principal é prestar e garantir serviços no domínio do cumprimento das leis, regulamentos e ordens emanadas pela SARPCCO, da segurança pública, dos serviços correcionais/ prisionais, migração, parques e fauna selvagem, alfândegas e refugiados. A segurança pública é um instrumento importante que contribui de forma significativa para a manutenção de um ambiente político estável e a prosperidade socioeconômica⁵⁵.

O Tribunal da SADC, infelizmente suspenso desde Março de 2011, tinha como objetivo garantir a observância e interpretação adequadas das disposições do Tratado da SADC e de outros instrumentos subsidiários e para deliberar sobre litígios a ele submetidos. Dava pareceres jurídicos sobre as matérias que lhe seriam remetidas pela Cimeira ou Conselho da SADC. Não só, esse tribunal regional tinha como competência de solucionar conflitos de jurisdição, conflitos Cíveis e até da área tributária. Contudo, as decisões desse órgão eram finais e vinculativas e de cumprimento obrigatório⁵⁶.

A suspensão do Tribunal da SADC quebrou o verdadeiro processo de integração regional, pela razão muito simples, dentro da área de jurisdição da SADC já não existe uma instituição capaz de deliberar litígios jurídicos no sentido de contribuir para o cumprimento das leis.

3.2. Análise comparada entre as formas de cooperação penal da União Européia e da SADC

Desde a antiguidade, a importância do direito comparado na formação e interpretação da legislação sempre foi reconhecida. A necessidade do conhecimento da legislação estrangeira com o intuito de fornecer subsídios para a legislação interna e abrir uma visão mais ampla para os operadores do Direito ajudando na interpretação das leis, sobretudo no momento atual com as

⁵⁴ ANGOP. SARPCCO aplica sistema de inteligência fronteiriça para combate à criminalidade. Disponível em: <http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2005/7/31/sarpcco-aplica-sistema-inteligencia-fronteirica-para-combate-criminalidade,1efe9a78-2edd-4c78-ac40-aac62f64838a.html>. Acesso em: 19 de junho de 2015.

⁵⁵ Idem

⁵⁶ Consadac-moz. SADC: Resumo_08-07-2014. Disponível em: <http://consadcmocambique.blogspot.com.br/p/letra-do-hino-da-sadc.html>. Acesso em: 10 de Março de 2015.

uniões regionais, a globalização e quando há um esforço geral pela organização de uma ordem jurídica pacífica e coordenada, a prática de um direito comparado torna-se bastante relevante.

O direito comparado possibilita uma melhor compreensão do ordenamento jurídico interno, através da compreensão dos ordenamentos jurídicos de outros estados ou regiões.

Desta forma, urge a necessidade de fazer uma breve comparação entre as formas de prevenção e combate a criminalidade dentro do território da União Europeia e da SADC, para depois sugerirmos o melhoramento de formas de combate a criminalidade dentro da SADC a partir das experiências de formas de combate da U.E, dado que essa organização é antiga e experiente quando comparada com a SADC.

Portanto, a U.E para materializar a cooperação penal entre os países membros teve que unificar a sua legislação penal de modo a evitar a impunidade dos criminosos, pois, ao contrário, uma pessoa poderia cometer crime, por exemplo, na Inglaterra e refugiar-se em Portugal onde a mesma infração que ele cometeu não seja considerada crime, daí ficando impune. Uma das vantagens da unificação da legislação entre os países membros da união europeia consiste no equilíbrio das leis, das técnicas de investigação do crime e equilíbrio tecnológico entre os países na prevenção e combate a criminalidade, evitando desta forma desproporcionalidade entre os países fracos e fortes no combate ao crime.

O mesmo caso não se verifica na SADC, onde cada Estado membro tem a sua legislação interna diferente de outros Estados partes, deste modo dificultando o combate a criminalidade dentro do território da SADC. A título de exemplo, um moçambicano comete xenofobia considerado crime na África do Sul e se refugia para Moçambique o seu país natal onde o ato que cometeu não constitui crime, e em contra partida Moçambique não extradita os seus cidadãos de acordo com o art. 67º, nº 3 e 4 da CRM (Constituição da República de Moçambique)⁵⁷, aí o cidadão moçambicano sai impune, dado que ele não pode ser julgado em Moçambique porque o ato que ele cometeu não constitui crime, e também não pode ser enviado a África do Sul porque Moçambique não extradita os seus nacionais, daí o criminoso sai impune, contribuindo assim para o cometimento de mais crimes dentro da região.

⁵⁷ Art. 67, n 3 da CRM, Não é permitida a extradição por crimes a quem corresponda na lei do Estado requerente pena de morte ou prisão perpetua, ou sempre que fundadamente se admite que o extraditado possa vir a ser sujeito a tortura, tratamento desumano, degradante ou cruel. O número 4 do mesmo artigo diz que, o cidadão Moçambicano não pode ser expulso ou extraditado do território nacional.

Enquanto na União Européia não precisa de um acordo de extradição para entregar um determinado criminoso que se refugiou num outro estado membro para que seja julgado e condenado pelos seus atos no estado onde cometeu o delito, na SADC os Estados membros precisam assinar um acordo de extradição para que um cidadão que cometeu crime e se refugiou para o outro estado membro seja entregue ao Estado de cometimento do crime, e em caso de não existir um acordo de extradição, o cidadão sai impune, pois não será entregue ao Estado que ele cometeu o crime para que seja julgado e condenado.

A União Européia criou uma polícia chamada EUROPOL, essa polícia funciona como uma unidade de recolhimento, tratamento e intercâmbio de informação criminal, a escala da União Européia, no âmbito da manutenção da ordem, segurança e tranquilidades públicas. O seu pessoal é proveniente dos vários tipos de autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da lei, como é o caso da polícia tradicional, da polícia de fronteiras, dos serviços aduaneiros, de imigração e de policia de segurança. Essa polícia funciona como a Polícia da U.E no geral, e tem a legitimidade de entrar em qualquer Estado membro com o fim de investigar e esclarecer os crimes. Para a execução das suas funções, a Europol dispõe de um sistema informatizado de informações, que é diretamente alimentado pelos Estados Membros.

O que se verifica dentro da SADC é que cada estado age isoladamente no combate a criminalidade dentro do seu país, mesmo estando a aplicar as leis e instruções emanadas pela SARPCCO, dado que não existe uma policia própria da SADC, que os seus membros seriam provenientes de todos os Estados membros da organização, contribuindo para uma atuação única e coordenada.

Os agentes policiais dos Estados membros da SADC não têm um poder direto de interpelar um cidadão de outro Estado membro, desta forma não pode ser considerada como uma força policial da SADC, pois, A policia de cada Estado membro só pode integrar nas equipas conjuntas de investigação criminal e também prestar apoio às autoridades nacionais de outro Estado parte da SADC responsáveis pela aplicação da lei, na recolha, análise e divulgação de informações e na coordenação de operações. Enquanto que a União Europeia tem uma policia da região chamada EUROPOL responsável pela manutenção da segurança dentro do território da União Europeia, essa policia pode interpelar qualquer cidadão e em qualquer Estado dentro da área de jurisdição da União Europeia.

Na U.E existe um tribunal e uma procuradoria com objetivo de garantir a observância e interpretação adequadas das disposições do Tratado da EUROPOL e de outros instrumentos subsidiários e para deliberar sobre litígios a ele submetidos. Esse tribunal dá pareceres jurídicos sobre as matérias que lhe sejam remetidas pelos Estados membros. Contudo, as decisões desse órgão são finais e vinculativas.

Na SADC essa figura foi extinta desde 2001 e até agora a Comunidade não possui nenhum tribunal ou procuradoria que possa mediar e julgar os conflitos entre os Estados.

Considerações finais

O presente artigo não é um trabalho acabado e nem teve a pretensão de esgotar o tema, mas sim estimular aos operadores de Direito Comunitário e da Integração para novas pesquisas relacionadas com o tema em estudo.

A integração regional entre os Estados traz muitas vantagens nos estados membros, pois essa união cria o equilíbrio e o dinamismo entre os Estados pobres e ricos, desta forma erradicando a pobreza. Entretanto, além das vantagens, devida a dissolução das fronteiras entre os Estados de modo a garantir a livre circulação de pessoas e bens e também dinamizar o comércio livre, inevitavelmente traz problemas como a criminalidade transfronteiriça, pois a uma fácil mobilidade dos agentes criminosos.

Feita a análise comparativa entre as formas de cooperação penal na U.E e na SADC, percebeu-se que a União Europeia está bem organizada e estruturada para fazer face a criminalidade dentro do seu território quanto comparado com a SADC.

Constatou-se na pesquisa que há uma necessidade das organizações e instituições encarregues para a prevenção e combate a criminalidade de todos os países membro da SADC cooperarem para fazer face a onda de crime transfronteiriço decorrente da dissolução das fronteiras. Essa cooperação deve consistir na melhor organização e articulação com os demais órgãos da Administração da Justiça dos países membros.

Desta forma, deve-se criar uma polícia própria e exclusiva da SADC, e os seus membros devem ser provenientes de todos os Estados membros da organização, e que esses seja uma polícia hierarquizada com um comando único e guiada pela mesma legislação para garantir a atuação única, coordenada e eficiente. Também há uma necessidade de se harmonizar e

uniformizar a legislação penal entre os países membros da SADC de modo a facilitar a cooperação policial e o combate à criminalidade dentro do território e evitando objetivos diferenciados por cada polícia de diferentes Estados Membros.

Referências bibliográficas

ARANGUENA FANEGO, Coral: **Avances en cooperación judicial penal en la Unión Europea**, in VEGA MOCOROA, Isabel (coord.): Logros, iniciativas y retos institucionales y económicos: la Unión Europea del siglo XXI, Valladolid, Lex Nova, 2005;

AZEVEDO, Tupinambá Pinto de. **Direito Internacional Penal e a Proteção dos Direitos Humanos**. Porto Alegre: Dom Quixote. 2013;

ANGONOTICIAS. **SARPCCO vai continuar a combater crimes transnacionais. 2007**. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/13862/sarpcco-vai-continuar-a-combater-crimes-transnacionais>. acesso em: 18 de Junho de 2015.

AFRICA21ONLINE. **Angola na reunião preparatória do Conselho de Ministros do Interior da SADC**. 2015. disponível em: <http://www.africa21online.com/artigo.php?a=13466&e=Pol%C3%ADtica>. Acesso em: 19 de Junho de 2015.

ANGOP. **SARPCCO aplica sistema de inteligência fronteiriça para combate à criminalidade**. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2005/7/31/sarpcco-aplica-sistema-inteligencia-fronteirica-para-combate-criminalidade.1efe9a78-2edd-4c78-ac40-aac62f64838a.html. Acesso em: 19 de junho de 2015.

BAYLEY, David Harold. **Polícia para o futuro**. Nova Iorque, Oxford University Press, 1994;

BORGES, Talitha Viegas. **COOPERAÇÃO PENAL NA UNIÃO EUROPÉIA**. 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67929/70537>. Acesso em 11 de Outubro de 2014;

BRASIL. **Manual de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos, Matéria Penal**. Brasília: Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional - Secretaria Nacional de Justiça - Ministério da Justiça, 2012;

COELHO, João Paulo Borges. **Cooperação e Segurança Pública. SADC**. 2011. Disponível em: www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2011/IESE_Des2011_13.SADC.pdf. Acesso em 13 de outubro de 2014;

Comissão Europeia. **Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu: reconhecimento mútuo de decisões finais em material final (Bruxelas, 52000DC0495)**. *EUR-Lex: acesso ao direito da União Europeia*. [Lisboa], 2000. Disponível em: http://eurlex.europa.eu/smartap/cgi/sga_doc?smartap!DocNumber&lg=pt&type doc=COMfinal&an doc=2000&nu doc=495. Acesso em 15 de outubro de 2014;

DAVIN, João. **A Criminalidade organizada transnacional: a cooperação judiciária e policial na união europeia**. Coimbra: Almedina, 2007;

DW. **Crime Organizado em Angola**. Disponível em: <http://www.dw.de/crime-organizado-em-angola/a-6488588>. Acesso em: 19 de Junho de 2013.

Decisão do Conselho 2002/187/JAI de 28 de Fevereiro de 2002 relativas à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade [Ver Acto Modificativo]. Disponível em: http://europa.eu/legislation_summaries/justice_freedom_security/judicial_cooperation_in_criminal_matters/133188_pt.htm. Acesso em 13 de Outubro de 2014;

Síntese de legislação da União Europeia, Lisboa, 6 de Junho de 2007 apud Íris. O mandato de detenção na união europeia: um modelo para o Mercosul. Porto Alegre: Verbo jurídico, 2012;

Europa. **Synthese de la legislation**. Disponível em: http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/police_judicial_cooperation_pt.htm. Acesso em 14 de outubro de 2014;

GIL, António Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

JUNIOR, Augusto Jaeger. **Temas de Direito da Integração e Comunitário**. São Paulo: LTr, 2002;

LAUREANO, Abel. **Dois institutos da “cooperação judiciária em matéria Penal” na união europeia: reconhecimento mútuo de Decisões penais e harmonização de legislações penais**. 2010. Disponível em: Revista Direitos Fundamentais e democracia ISSN 1982-0496, Vol. 7, n. 7, (jan./jun. 2010), p. 283-308. Unibrasil;

LIMA, Jose Antonio Farah Lopes de. **Direito penal europeu**. Leme: J.H. Mizuno, 2007;

LOBO, Maria Teresa do Carcomo. **Manual do direito comunitário: a ordem jurídica da união europeia**. Curitiba: Juruá, 2004;

MARTINS, Eliane M. Octaviano. **Sistemática de Soluções de controvérsias do Mercosul: o protocolo de Brasília e o protocolo de olivos**. Caderno PROLAM/USP. São Paulo, ano 5, v. 1, p. 79-93, 2006. Disponível em: http://www.usp.br/prolam/download/2006_1_4.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2014;

Moçambique. **INTEGRAÇÃO REGIONAL E IMPACTO DO DESARMAMENTO TARIFÁRIO NO ÂMBITO DA: SADC – Comunidade de Desenvolvimento da ÁFRICA Austral E APE – Acordo de Parceria Econômica com União Europeia.** Maputo. 2008.

MURSCHEZ, Verena. “**The Future of Criminal Law within the European Union: Union Law or Community Law Competence?**”, *Victoria University of Wellington Law Review*. 2007, Vol. 38, Issue 1, pp. 145-156, p. 149. Disponível em: <[http://www.victoria.ac.nz/law/documentation/VUWLR%20PDFS/38\(1\)_2007/10%20Murschetz.pdf](http://www.victoria.ac.nz/law/documentation/VUWLR%20PDFS/38(1)_2007/10%20Murschetz.pdf)>. Acesso em 13 de Outubro de 2014;

Moçambique. **Constituição da República.** *Maputo.* Imprensa Nacional de Moçambique. 2004

PEREIRA, Netto Pedro Barbosa. **Cooperação penal internacional nos delitos econômicos.** *Revista Brasileira de ciências criminais, São Paulo, v. 13, n.54, p.152-168, maio/ junho. 2005;*

PISTOIA, Emanuela. **Cooperazione penale nei rapporti fra diritto dell'Unione Europea e diritto statale.** *Napoli: Scientifiche Italiane, 2008. p. 319;*

Primeira Sessão - Plenária. Disponível em: <http://www.issafrica.org/Pubs/Other/TowardsImplement/PSes1.pdf>. acesso em: 19 de Junho de 2015.

RODRIGUES, Anabela Miranda. **O direito penal europeu emergente.** Coimbra: Coimbra 2008;

RUSSOWSKY, Iris Saraiva. **O mandato de detenção na União Européia: um modelo para o Mercosul.** Porto Alegre: Verbo Jurídico 2012.

SIMOES, Euclides Dâmaso. **Cooperação jurídica em material penal no seio da União Européia.** *Revista do Ministério Público, São Paulo, ano 22, n. 86, p. 99-106, abril/junho de 2001;*

VENTURA, Carla Aparecida Arena. **Direito humano ao desenvolvimento: os modelos de desenvolvimento e a posição do Brasil.** In: Fadel Barbara, Org. *Desenvolvimento regional: debates interdisciplinares.* Franca: FACEF, Fundep, 2009, p. 43-72;

VIGNA, Piero L. **La cooperación judicial frente AL crimen organizado.** In YACOBUCCI, Guillermo Jorge (coord). *El crimen organizado: desafíos y perspectivas em el marco de La globalización.* Buenos Aires: Ábaco de Rodolfo Depalma, 2005. P. 223-236;

WEBER, Patrícia Núñez. **A Cooperação Jurídica Internacional em Medidas Processuais Penais.** Porto Alegre, Verbo Jurídico, 2011.